

“Vivendo cafrealmente pelos sertões”: imagens de africanos na documentação administrativa da capitania de Moçambique e Rios de Sena, na segunda metade do século XVIII

ANA PAULA WAGNER*

Em 2008, Rodrigo Cunha escreveu uma reportagem publicada num dossiê dedicado à África. O título escolhido para sua matéria é, de certa forma, uma das primeiras questões que devem ser colocadas por aqueles que se dedicam à história africana: “*De que África estamos falando?*”. O autor lança essa interrogação justamente ao propor um olhar heterogêneo, pensando as particularidades dos diferentes espaços que compõem o continente africano. Em suas argumentações questiona como é possível existir uma visão homogeneizante para 54 nações diferentes. Em resposta a pergunta lançada no título, Cunha conclui que a África de que se está falando é “um mosaico de realidades culturais, políticas e econômicas, onde a diversidade caminha lado a lado com o partilhamento de identidades e as fronteiras extremamente permeáveis” (CUNHA, 2008:3).

Embora esse texto seja um ensaio, ele acena para uma realidade existente nos dias de hoje, onde são correntes preocupações quanto à diversidade histórica africana. No contexto brasileiro, essas inquietações podem ser notadas em pesquisas vinculadas aos mais variados programas de pós-graduação espalhados pelo território nacional, nos quais a história africana é abordada em diferentes perspectivas, com problemáticas, espaços geográficos e periodizações diversificadas. Nesse sentido, o Simpósio Temático “*De que África estamos falando (I): perspectivas da pesquisa histórica e ensino de História da África (do século XI à primeira metade do século XIX)*”, distinguiu-se como um fórum competente para serem apresentados e discutidos diferentes temas relacionados com a história do continente africano.

Visando contribuir com esse processo de conhecimento da diversidade histórica africana, proponho apresentar um trabalho que trate das imagens sobre os africanos que podemos encontrar na documentação administrativa da África Oriental Portuguesa, na segunda metade do século XVIII. Se pensarmos a problematização proposta por este

* Universidade Federal do Paraná. Doutora em História. Pesquisa de pós-doutorado financiada pelo CNPQ.

Simpósio Temático, “*De que África estamos falando*”, a “*África*” que falarei é aquela que durante um longo período de tempo, do início do século XVI até 1975, esteve sob dependência do governo luso e que, no setecentos, era chamada de capitania de Moçambique e Rios de Sena, integrante do Império Português.

De certa forma, encontramos uma oferta maior de estudos que abordam o lado ocidental do continente africano, principalmente se pensarmos a periodização do século XVIII e XIX. De maneira geral, essa situação é justificada devido à relação estabelecida entre Brasil e África Ocidental, a partir do tráfico de escravos. Claro que as questões são muito mais complexas do que essa razão geral apontada. Entretanto, se pensarmos o caso da capitania de Moçambique e Rios de Sena, na África Oriental, ela era tão presente na história do Brasil dos séculos em questão quanto outros domínios lusos africanos, como Angola, Cabo Verde ou São Tomé e Príncipe.

As conexões entre o Brasil, América Portuguesa, e a África Oriental Portuguesa eram correntes no século XVIII. Havia o trânsito de homens, em especial no desempenho de atividades administrativas e científicas, trocas mercantis e de idéias, movimentos esses engendrados no contexto do Império Português.¹ Portanto, essa relação entre esses distintos espaços geográficos justificaria o estudo da capitania de Moçambique e Rios de Sena aqui no Brasil. Entretanto, como argumenta Anderson Ribeiro Oliva, “temos que reconhecer a relevância de estudar a História da África, independente de qualquer outra motivação”, pois este é um campo do pensamento humano, importante por si só (OLIVA, 2003: 423). Assim, seja por esta ou aquela razão, acreditamos que esse estudo sobre as imagens africanas observadas na correspondência administrativa da capitania de Moçambique e Rios de Sena se mostre de grande interesse.

Em tese de doutorado defendida na Universidade Federal do Paraná no ano de 2009, em que pesquisei a importância da população para o contexto administrativo do Império Português da segunda metade do século XVIII, tive a oportunidade de analisar

¹ Para trânsito de homens em atividades administrativas e científicas, ver: CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho da. As viagens são os viajantes: dimensões identitárias dos viajantes naturalistas brasileiros do século XVIII. *História Questões & Debates* (Império português: ciência, poder e sociedade). Curitiba: Editora da UFPR, n. 36. jan-jun 2002. p. 61-98. Sobre as trocas mercantis, ver: ANTUNES, Luís Frederico Dias. A influência africana e indiana no Brasil, na virada do século XVIII: escravos e têxteis. In: FRAGOSO, João *et al.* (Orgs.). *Nas rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*. Vitória: Edufes; Lisboa: ICT, 2006. p. 137-164.

a documentação administrativa relativa à capitania de Moçambique e Rios de Sena, situada na África Oriental (WAGNER, 2009). Na correspondência trocada entre autoridades locais e o reino pude encontrar uma séria de formulações de imagens do homem e do continente africano. Para a elaboração da tese igualmente tive contato com uma produção de textos de “viajantes-funcionários” que, ao circularem pela África Oriental Portuguesa, produziram algumas memórias sobre aquele território.

Esse conjunto documental traz, majoritariamente, informações do ponto de vista português, marcado por olhar etnocêntrico. Em linhas gerais, os critérios utilizados para a caracterização dos africanos foram, quando comparados com os europeus, a ausência da fé cristã e a existência de “grupos sem lei ou de chefias desorganizadas” (OLIVA, 2005: 98-99).

Em grande medida, a percepção dos administradores portugueses esteve fortemente marcada pelos princípios religiosos do catolicismo, como indicam os adjetivos utilizados para demarcar a diferença entre eles e os outros; ou seja, aqueles não pertencentes ao grêmio da Igreja Católica. Além disso, fazia parte das ordens da Coroa aos funcionários que atuavam em seu nome que o “primeiro e principal objeto” que deveriam tratar era o da “dilatação da Doutrina do Evangelho quanto a possibilidade o puder permitir”, conforme indicado numa Instrução remetida para o governador da capitania de Moçambique e Rios de Sena em 1761.²

Muitas vezes, foi a partir deste elemento definidor, ser ou não católico, que diferentes grupos que viveram e transitaram pela África Oriental Portuguesa, durante o século XVIII, foram classificados. Todavia, ainda que a religião católica fosse o principal critério demarcador das diferenças e edificador de fronteiras sociais, outros aspectos estiveram envolvidos neste processo de caracterização da população, como o local de nascimento, os usos e costumes adotados, ou ainda as atividades econômicas. De modo geral, os grupos sociais não-portugueses daquele território eram vistos como uma potencial ameaça à soberania lusa. No caso dos africanos, os maiores perigos constituídos por estes, na ótica da administração lusa, eram a oposição frente à efetiva ocupação do território e o desenvolvimento material da capitania.

² Arquivo Histórico Ultramarino, Moçambique, cx. 19, doc. 63-A. *Instrução dada a Calisto Rangel Pereira de Sá, que vai por governador e capitão general da Praça de Moçambique, Rios de Sena e Sofala, de 7 de maio de 1761.* [Doravante, utilizaremos a sigla AHU para identificar o Arquivo Histórico Ultramarino].

É preciso assinalar que outros grupos sociais circulavam pela África Oriental além dos africanos. Lá viviam portugueses, mestiços, indianos, muçulmanos, diferentes agentes sociais, religiosos, militares, enfim, uma ampla gama de indivíduos. Características como ascendência familiar, cor da pele, estado civil, religião, grau de riqueza, ocupação, local de nascimento etc., isoladamente ou em conjunto, definiram funções e lugares sociais que cada indivíduo, ou grupo, ocupou na capitania de Moçambique e Rios de Sena, resultando na construção de representações.

Portanto, deve ficar claro que, na correspondência e memórias analisadas, os africanos foram identificados e particularizados a partir de atributos que lhes foram conferidos pela administração lusa sediada na África Oriental, constituindo-se em predicados que refletem a percepção que os portugueses faziam das vivências africanas.

“Vivendo cafrealmente pelos sertões”

Em agosto de 1778, Balthazar Manuel Pereira do Lago, governador da capitania de Moçambique e Rios de Sena, expressou as dificuldades que enfrentava para levar até a Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e dos Domínios Ultramarinos as “certidões das idades, nascimentos e óbitos dos habitantes desta África”, e anunciou um dos problemas vivenciados pelos religiosos: em sua maior parte, as “gentes” que habitavam a África Oriental Portuguesa não eram “chegadas ao batismo, se escusam de todos os mais sacramentos *vivendo cafrealmente pelos sertões*, sem serem úteis a Deus nem a Seu Rei”.³ Esse comentário de Pereira do Lago revela os principais elementos empregados para qualificar os homens e mulheres africanos que viviam na região em análise.

O primeiro ponto é o uso do termo “cafre” para designar esses indivíduos. Embora as localidades fossem povoadas por diferentes organizações sociais africanas, constituindo um mosaico cultural, estas pessoas foram, de forma genérica, designadas pelos portugueses como “cafres”. Segundo o dicionário organizado por Raphael Bluteau, cafre era o nome que os “árabes dão a todos os que negam a unidade de um Deus”; também poderia ser entendido como povo “sem lei, e a esses povos se deu esse nome [cafre], como gente bárbara, quem não tem lei, nem religião” (BLUTEAU, 1712:

³ AHU, Moçambique, cx. 32, doc. 51. *Carta do governador-geral da capitania de Moçambique e Rios de Sena, Balthazar Manuel Pereira do Lago, para a Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos*, de 16 de agosto de 1778. Grifo nosso.

36). Às vezes, o termo era utilizado para designar a cor preta. Segundo José Roberto Portella, a expressão “cafre” é proveniente do termo árabe *Kafir*, “que significa não muçulmano, infiel, incrédulo”, expressão empregada pelos muçulmanos que freqüentavam a costa oriental da África para designar os africanos (PORTELLA, 2006: 123).

No decorrer do século XVIII, a nomenclatura “cafre” passou a ser empregada pelos portugueses num sentido mais amplo, para fazer referência aos africanos em geral da costa oriental, independentemente da religião. Por vezes, o africano cristão era identificado por “cafre cristão” ou apenas “cafre”; já o africano islamizado também poderia ser chamado de “mouro”. Portanto, é bastante complexa a tentativa de se estabelecer a definição exata do termo em questão. As diferenças podiam existir de acordo com critérios particulares daquele que empregou o vocábulo, assim como é preciso levar em conta as transformações dos significados das palavras ao longo do tempo, posto que, num primeiro momento, a expressão esteve ligada à questão religiosa. De qualquer modo, o que fica para o trabalho aqui apresentado, é que a nomenclatura “cafre” foi usada pelos portugueses para denominar genericamente as populações autóctones da África Oriental.

A segunda parte do comentário de Pereira do Lago, de que os africanos viviam “sem serem úteis a Deus nem a Seu Rei”, também merece atenção. Como tivemos oportunidade de discutir na tese, na ótica do governador, a fidelidade à Igreja Católica e ao soberano luso e o empreendimento de ações para o engrandecimento do Império eram qualidades essenciais à condição de vassalo do rei português, as quais se encontravam ausentes nos “cafres” (WAGNER, 2009: 186). Verifica-se no texto de Pereira do Lago uma idéia de “utilidade social” dos agentes presentes na vida cotidiana da capitania. Ou seja, levou-se em conta a potencialidade do grupo: se poderia trazer algum tipo de benefício ou, ao contrário, se causaria prejuízo. Como argumenta Jean-Claude Schmitt, em seu estudo sobre grupos considerados “marginais”, existe uma “linha divisória” que define tanto a integração quanto a exclusão dos indivíduos, regulada pela idéia de utilidade. No caso da África Oriental Portuguesa, os aspectos empregados nessa distinção foram múltiplos, envolvendo questões econômicas, culturais, políticas, entre outras (SCHMITT, 2001: 286).

O que se nota na correspondência administrativa e nas memórias sobre a África Oriental, e que de certa forma não diferiu para outras localidades do continente em questão, é que a imagem dos africanos era, quase que exclusivamente, construída pela negação, ou melhor, por oposição às concepções de mundo européias e cristãs. Ainda conforme Jean-Claude Schmitt, para a “sociedade dominante, os marginais se definem negativamente: ‘não tem domicílio fixo’, ‘moram em qualquer lugar’, ‘gente sem senhor’, ‘inúteis ao mundo’”. Ainda que não estejamos atribuindo um tratamento de grupo marginal aos africanos é possível perceber esse procedimento (definição do outro pela negação) na construção de representações desses homens e mulheres (SCHMITT, 2001: 280). Como se nota no texto a seguir:

Não têm alfabeto algum; [...] Não fazem cálculo; [...] Não têm material algum para notar as coisas cuja memória querem perpetuar; [...] Não tem idéia alguma de Paraíso e Inferno; [...] Não tem idéia alguma da Alma, nem da sua existência, e menos palavras que signifique isso; [...] Não tem dias santos, nem festa que sejam obrigadas de Religião alguma; [...] Não pensam, nem tem idéia alguma da origem da própria nação; [...] Não sabem, nem tem notícia alguma de revolução que tenha havido antigamente entre eles; [...] Não sabem do primeiro estado das suas possessões; [...] Não tem idéia alguma da Astronomia, nem dividem o tempo em semanas, mas sim em anos; [...] O ouro não sabem trabalhar; [...].⁴

Esses fragmentos são da memória “*Resposta das questões sobre os cafres*” ou *notícias etnográficas sobre Sofala do fim do século XVIII*”. Esse texto, considerado a “primeira tentativa que se fez em Moçambique para um levantamento de dados quase exclusivamente de natureza etnográfica”, foi redigido na última década do século XVIII e traçava um panorama geral de diferentes aspectos da vida dos africanos. Nesse sentido, foi inovador. Porém, quando tratou de temas como escrita, tradições, religião (algumas crenças e ritos), aspectos da vida social, política e calendário, repetiu o mesmo critério de tantos outros observadores, avaliando negativamente as manifestações culturais dos povos estabelecidos na África Oriental.

Contudo, antes deste tratado a respeito da vida dos africanos, outras observações já se encontram dispersas em memórias da época. Em 1766, António Pinto de Miranda, que ocupou o cargo de secretário do governo da capitania de Moçambique e Rios de Sena, dedicou um trecho de sua “Memória sobre a Costa da África” à população local. No item “Dos naturais, sua luz, vivenda e passadio”, escreveu que os africanos “mais se

⁴ “*Resposta das questões sobre os cafres*” ou *notícias etnográficas sobre Sofala do fim do século XVIII*. (Introdução e notas de Gerhard Liesegang). Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar/Centro de Estudos de Antropologia Cultural, 1966.

lhes podem chamar feras do que homens”. Os termos depreciativos utilizados para descrever o modo de vida destes homens e mulheres está por toda parte: “comem as coisas mais podres e imundas”, “não observam lei, nem o tem”, “sem termo e nem ordem, comem, bebem e luxuriam a toda hora e com demasia”. A questão religiosa também era notada: “alguns se acham contaminados do deleitável alcorão, mas observam dele as cláusulas e preceitos que lhes parecem” (MIRANDA, 1766: 248-249).

Ainda na “Memória” de António Pinto de Miranda, encontra-se a observação de que não existiria distinção entre africanos pagãos e aqueles que se tornaram cristãos: apesar dos últimos terem recebido o batismo, “muitos sabem a doutrina cristã, mas ignoram a sua explicação, e os preceitos que devem observar. Missa, jamais a ouvem sem serem constrangidos, e esses poucos” (MIRANDA, 1766: 249-250). Somado a isso, as ações cotidianas dos africanos mostravam que pouco, ou nada, havia mudado com a conversão ao catolicismo, como ilustravam, por exemplo, a coabitação entre homens e mulheres que, na visão da Igreja, era tratada como concubinato, uma prática que era alvo das preocupações dos religiosos católicos.

Em algumas circunstâncias, onde se considerava a possibilidade de aproveitamento dos africanos na execução de determinadas tarefas, como a defesa do território, esses indivíduos eram, em geral avaliados negativamente. Embora fossem em grande número, por muitas vezes, os governadores acreditavam não poder incorporar os “cafres” nos corpos militares, devido ao seu modo de vida inconstante. Em 1761, o governador-geral Pedro Saldanha de Albuquerque, ao ponderar sobre a dificuldade da vinda de portugueses como soldados, apontava para as grandes despesas da Fazenda Real no transporte e a pouca adaptação dos reinóis ao clima local. Descartava, contudo, a hipótese de utilizar os africanos, pois entendia que “se não deve confiar neles a defesa e segurança dos Presídios”.⁵

Em muitas vezes, a pouca habilidade com armas de fogo foi empregada na desqualificação dos africanos para as tarefas de conservação do território. Boa parte dos instrumentos de guerra de que estes se valiam eram muito diferentes dos utilizados pelos portugueses: o uso de arcos e flechas, zagaias, machados e cajados como

⁵ AHU, Moçambique, cx. 20, doc. 89. *Carta do governador-geral da capitania de Moçambique e Rios de Sena, Pedro Saldanha de Albuquerque, sobre o socorro das tropas*, de 17 de dezembro de 1761. Algumas vezes o termo “presídio” foi utilizado como sinônimo de fortaleza, mas, em geral, ele se referia à “gente de guarnição, soldados que estão numa praça para guardá-la e defender do inimigo”. (BLUTEAU, 1712: 714).

instrumentos de guerra e caça gerava, entre as autoridades régias, a idéia de ineficiência.⁶ Na memória escrita em 1758 por Ignácio Caetano Xavier, na época secretário de governo da capitania, observa-se bem a demarcação das diferenças do modo considerado “rústico” de “peleja” dos africanos e a maneira européia de guerrear. Nela, o autor argumentou que o temor a qualquer arma de fogo era tão grande entre os “indígenas”, que estes julgavam que “a pólvora era feitiço” (XAVIER, 1758: 145). Numa análise desse texto, José Roberto Braga Portella chama a atenção para o fato de Caetano Xavier conduzir seu “raciocínio através de um conflito ‘civilização versus barbárie’, apresentando como conclusão a existência/permanência de uma precária organização social, em razão da decadência moral dos colonos e clérigos, e da inapetência dos ‘bárbaros’ pela ‘civilização’” (PORTELLA, 2006: 8). Ou seja, um tipo de imagem bastante propalada nos escritos da época.

Do lado africano, ações empreendidas por eles próprios, como as fugas para o interior das terras das chefaturas africanas, também colocavam obstáculos para a utilização deles no serviço militar. Em 1794, Diogo de Sousa, governador-geral, informava a Martinho de Melo e Castro sobre as dificuldades enfrentadas para constituição de um corpo de tropas, argumentando que os africanos “logo se entranham nas terras dos Régulos vizinhos, e desta sorte nem se consegue o fim de os recrutar, nem se tira a mesma pequena utilidade que resulta dos seus lentíssimos trabalhos”.⁷ Na visão dos administradores portugueses, as deserções dos africanos era uma característica própria de suas índoles, o que pode ser notado no comentário feito, em 1797, pelo governador da capitania subordinada dos Rios de Sena, João de Souza Brito, de que os naturais da terra tinham “pouco apreço da honra que Sua Majestade lhes fazia em os admitir no seu Real Serviço”.⁸

No que se refere ao desenvolvimento de atividades econômicas, as imagens sobre os africanos também não era das mais animadoras. Em relação ao cultivo da terra,

⁶ Sobre os tipos de armas utilizadas pelos africanos, ver: AHU, Moçambique, cx. 49, doc. 54. *Relação de algumas armas e utensílios de que usam os cafres*, de 10 de junho de 1785.

⁷ AHU, Moçambique, cx. 68, doc. 48. *Carta do governador-geral da capitania de Moçambique e Rios de Sena, Diogo de Sousa, para o secretário de Estado dos Negócios da Marinha e dos Domínios Ultramarinos, Martinho de Melo e Castro*, de 17 de agosto de 1794.

⁸ AHU, Moçambique, cx. 78, doc. 46. *Carta do governador dos Rios de Sena, João de Souza Brito, para o governador-geral da capitania de Moçambique e Rios de Sena, Diogo de Sousa*, de 5 de agosto de 1797.

eram constantes as observações sobre a “natural preguiça e incúria dos mesmos cafres” e as advertências quanto à “ociosidade e pouca indústria” deles.⁹

No caso das atividades comerciais, os africanos eram atacados em muitas frentes. A idéia mais propalada considerava-os “naturalmente propensos ao roubo”,¹⁰ pois boa parte dos furtos ocorriam nos momentos em que as mercadorias eram transportadas para serem negociadas no interior da África Oriental, em feiras, como Manica e Zumbo. Nessas ocasiões, os caminhos eram cercados e os comerciantes que por eles transitavam eram assaltados.¹¹

No geral, os africanos eram vistos como “preguiçosos”, faltando-lhes ambições para a aquisição de produtos.¹² Por conta de parecerem contrários à acumulação de bens, os “cafres” eram tidos como responsáveis pela estagnação do comércio. Argumentos como o de que a ausência de “luxo algum no vestir, e que não trabalham, se não quando a fome e a precisão os obrigam”, ecoavam na capitania.¹³ Em 1796, dizia-se que “as necessidades dos cafres eram limitadas, e que ainda não foi possível introduzir entre eles o luxo por que estes se reduzem a compra dos panos, ou fato, preciso para cobrir a sua nudez, mal este, que lhe é pouco modesta suposto o clima do país em que vivem”. O problema também estava na existência de uma hierarquia entre os africanos que não permitia a todos o uso de qualquer tipo de cor de roupas e feitio. De acordo com “suas leis e costumes”, algumas peças estavam liberadas apenas para “os régulos e os grandes”.¹⁴ Enfim, na ótica dos administradores portugueses, o estilo de

⁹ AHU, Moçambique, cx. 38, doc. 48. *Carta do governador dos Rios de Sena, Antonio Manuel de Melo e Castro, para o secretário de Estado dos Negócios da Marinha e dos Domínios Ultramarinos, Martinho de Melo e Castro*, de 3 de junho de 1782.

¹⁰ Frei Bartolomeu dos Mártires, *Memoria Chorografica da Provincia ou Capitania de Mossambique na Costa d'Africa Oriental conforme o estado em que se encontrava no anno de 1822, 1823*, Arquivo Histórico de Moçambique, SE a III P 9, n. 216 a (Cópia do original do Arquivo da Casa Candaval, cód. 826 (M VI 32), fl. 63.

¹¹ AHU, Moçambique, cx. 67, doc. 123. *Carta de João da Paz Temes Brinha para o governador-geral da capitania de Moçambique e Rios de Sena, Diogo de Sousa*, de 17 de março de 1794.

¹² AHU, Moçambique, cx. 84, doc. 87. *Carta [fragmento] do governador-geral da capitania de Moçambique e Rios de Sena, Francisco Guedes de Carvalho Meneses, para o Príncipe Regente*, s/d [post. 20 de Julho de 1799].

¹³ ANDRADE, Jerônimo José Nogueira de. *Descrição do Estado em que ficavão os Negócios da Capitania de Mossambique nos fins Novembro de 1789 com algumas observaçoens, e reflexçoens sobre a causa da decadencia do Commercio dos Estabelecimentos Portugueses na Costa Oriental da África*. *Arquivo das Colónias*, Lisboa: Ministério das Colónias, 1917, vol. 2, p. 227.

¹⁴ AHU, Moçambique, cx. 75, doc. 61. *Tratado sobre a redução dos direitos da Alfândega*, de 28 de setembro de 1796.

vida dos africanos colocava obstáculos para a ampliação de um mercado consumidor no território, assim como inviabilizava o estabelecimento de algum tipo de produção agrícola na economia local.

Enfim, o quadro geral apresentado pelo secretário do governo da capitania de Moçambique e Rios de Sena em 1758, sintetiza bem o conjunto de imagens construídas pelos administrados portugueses sobre os homens e mulheres africanos daquela região:

são deste vasto país cafres inimigos do trabalho e cultura, e não se aplicam a ela mais que a que apenas lhes baste para o seu sustento quotidiano; [...] São de robusta estatura, e membrudo corpo, de ânimo inconstante, mudável, fácil e pusilânimes, exceto os de algumas províncias, que são barbaramente belicosos; [...] É o modo da peleja destes de peito a peito em campo aberto; [...] Suas habitações desde o palácio até a choupana são de paus formadas e cobertas de palhas; [...] Estimam o ouro só para negócio; [...] Não há entre eles religião estabelecida e vivem à lei da natureza e de sua natureza. Adoram a um só Deus verdadeiro, que invocam por Mulungo [...](XAVIER, 1758: 144-147).

Contudo, o posicionamento dos autores das memórias aqui referidas, ou dos diferentes governadores apresentados, sobre os africanos não foi idiosincrasia destes, ao contrário, era característico da época. Charles Boxer argumenta que “a maioria dos portugueses nascidos na Europa estava convencida da superioridade branca”, mentalidade partilhada por muitos indivíduos (BOXER, 1977: 67).¹⁵ Além disso, não podemos perder de vista que estamos tratando de uma sociedade de Antigo Regime, marcada pela hierarquização.

Essas informações são importantes para identificar os “esquemas de percepção”, ou as visões de mundo, daqueles que escreveram os documentos aqui analisados. Segundo Silvio Souza Correa, no texto “*Evidências de História nos relatos de viagens*”, esses “esquemas de percepção”, constituídos por elementos como organização política, orientação religiosa, práticas econômicas e culturais européias, serviram como “filtros” pelos quais os africanos foram percebidos e descritos (CORREA, 2008).

Enfim, o olhar dos europeus para o “outro” africano foi edificado a partir dos “filtros” eurocêntricos. No processo de construção de uma alteridade, o africano e a sua terra, foram desqualificados por não seguirem um padrão europeu. Na documentação administrativa da capitania de Moçambique e Rios de Sena a imagem que se tem da África Oriental é de um lugar de pessoas avessas ao trabalho, que não se alimentam bem (em relação aos padrões europeus), que não sabem usar armas e lutar como os europeus,

¹⁵ Charles Boxer fez essa afirmação quando tratou dos grupos sociais do Estado da Índia.

que não se vestem e habitam como europeus e que praticam religiões aparentemente fragmentadas e desprovidas de lógica interna, quando olhadas por valores exclusivamente cristãos. Ou seja, são homens e mulheres “vivendo *cafrealmente* pelos sertões, sem serem úteis a Deus nem a Seu Rei”.¹⁶

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Luís Frederico Dias. A influência africana e indiana no Brasil, na virada do século XVIII: escravos e têxteis. In: FRAGOSO, João *et al.* (Orgs.). *Nas rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*. Vitória: Edufes; Lisboa: IICT, 2006. p. 137-164.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario Portuguez e Latino*. Coimbra, 1712. [CD-ROM. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro].

BOXER, Charles R. *Relações raciais no Império Colonial Português (1415-1825)*. Porto: Afrontamento, 1977.

CORREA, Sílvio Marcus de Souza. Evidências de História nos relatos de viajantes sobre a África pré-colonial. In: *AEDOS*, Vol. 1, No 1, 2008. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/9809/5600>>. Acesso em: 19 nov. 2010.

CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho da. As viagens são os viajantes: dimensões identitárias dos viajantes naturalistas brasileiros do século XVIII. *História Questões & Debates* (Império português: ciência, poder e sociedade). Curitiba: Editora da UFPR, n. 36. jan-jun, 2002. pp. 61-98.

CUNHA, Rodrigo. De que África estamos falando? Disponível em: <<http://www.comciencia.br/comciencia/?section=8&edicao=34&id=396>> Acesso em: 19 nov. 2010.

OLIVA, Anderson Ribeiro. A História da África nos bancos escolares. Representações e imprecisões na literatura didática. *Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 25, n. 3, 2003, pp. 421-461.

OLIVA, Anderson Ribeiro. Os africanos entre representações: viagens reveladoras, olhares imprecisos e a invenção da África no imaginário Ocidental. *Em Tempo de Histórias*. Publicação do Programa de Pós-Graduação em História. PPG-HIS/UnB, n.9, Brasília, 2005, 90-114. Disponível em: <http://vsites.unb.br/ih/novo_portal/portal_his/revista/arquivos/edicoes_anteciores/2005/HAnderson90_114.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2010.

MIRANDA, António Pinto de. Memória sobre a Costa da África, 1766. In: ANDRADE, António Alberto Banha de (Org.). *Relações de Moçambique Setecentista*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1955. p. 231-302.

¹⁶ AHU, Moçambique, cx. 32, doc. 51. *Carta do governador-geral da capitania de Moçambique e Rios de Sena, Balthazar Manuel Pereira do Lago, para a Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos*, de 16 de agosto de 1778. Grifo nosso.

PORTELLA, José Roberto Braga. *Descrições, Memórias, Notícias e Relações – administração e ciência na construção de um padrão textual iluminista sobre Moçambique, na segunda metade do século XVIII*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

“Resposta das questões sobre os cafres” ou notícias etnográficas sobre Sofala do fim do século XVIII. (Introdução e notas de Gerhard Liesegang). Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar/Centro de Estudos de Antropologia Cultural, 1966.

SCHMITT, Jean-Claude. A história dos marginais. In: LE GOFF, Jacques (Org.). *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p. 261-289.

XAVIER, Ignácio Caetano. Notícias dos domínios portugueses na Costa da África Oriental, 1758. In: ANDRADE, António Alberto Banha de (Org.). *Relações de Moçambique Setecentista*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1955. p. 139-188.

WAGNER, Ana Paula. *População no Império Português: recenseamentos na África Oriental Portuguesa na segunda metade do século XVIII*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.